

Trussardi quer cortes maiores

BRASÍLIA — Nenhum pacto social poderá ser firmado, ou qualquer medida drástica de combate à inflação adotada, enquanto o governo não cortar seu déficit público. Esta posição foi apresentada ontem ao ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho. O líder empresarial também entregou ao ministro documento pedindo a volta aos prazos originais dos recolhimentos de IPI, PIS e Imposto de Renda pelas empresas.

Trussardi afirmou que a



Amâncio Chiodi/Clíc

Trussardi: demissões

“economia brasileira não pode mais ser palco de experiências

como o congelamento geral de preços e salários sem que o governo cumpra a sua parte”. O presidente da Associação Comercial disse que seu raciocínio também aplica-se a qualquer outra medida, inclusive um redutor de preços e salários. O empresário acha que o governo precisa promover mais cortes em suas despesas, além de extinguir ministérios e demitir funcionários públicos. Trussardi observou que a extinção ou fusão de ministérios deve ser acompanhada de demissões de funcionários ociosos, “porque senão as medidas não surtirão efeito”.